

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
SOCIOLOGIA E POLÍTICA – ESCOLA DE HUMANIDADES
Pós-graduação *lato sensu* em Opinião Pública e Inteligência de Mercado

Margaréte Aparecida Teixeira

AMOR OU ÓDIO AO BRASIL?
A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

São Paulo

2021

Margaréte Aparecida Teixeira

Amor ou o ódio ao Brasil? A construção política do governo de Jair Messias Bolsonaro

Artigo científico apresentado à Banca Examinadora do curso de pós-graduação *lato sensu* de Opinião Pública e Inteligência de Mercado da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Opinião Pública e Inteligência de Mercado, sob a orientação da Profa. Dra. Rosemary Segurado e da coorientação da Profa. Mestra Josefa Neves Rodrigues.

São Paulo

2021

Biblioteca FESPSP – Catalogação-na-Publicação (CIP)

T266a Teixeira, Margaréte Aparecida.

Amor ou ódio ao Brasil? : a construção política do governo de Jair
Messias Bolsonaro / Margaréte Aparecida Teixeira. – 2021.
25 p. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Segurado.

Coorientadora: Profa. Mestra Josefa Neves Rodrigues

Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Opinião Pública e
Inteligência de Mercado) – Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo.

Bibliografia: p. 24-25.

1. Ódio político – análise de discurso. 2. Bolsonaro – Política e
governo, 2019-. 3. Ações antidemocráticas. 4. COVID-19 – Pandemia –
Brasil. 5. Violação dos direitos humanos – Brasil. I. Segurado, Rosemary.
II. Rodrigues, Josefa Neves. III. Título.

CDD 23. :

Violação dos direitos humanos – Brasil, política e governo, 2019-. 323.0981
Elaborada por Éderson Ferreira Crispim CRB-8/9724

Autora: Margaréte Aparecida Teixeira

Título: Amor ou ódio ao Brasil? A construção política do governo de Jair Messias Bolsonaro

Artigo científico apresentado à Banca Examinadora do curso de pós-graduação *lato sensu* de Opinião Pública e Inteligência de Mercado da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Opinião Pública e Inteligência de Mercado, sob a orientação da Profa. Dra. Rosemary Segurado e da coorientação da Profa. Mestra Josefa Neves Rodrigues.

Data da aprovação:

____/____/____

Banca examinadora:

_____.

Profa. Dra. Stella Schrijnemaekers.

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

_____.

Profa. Dra. Rosemary Segurado.

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

DEDICATÓRIA

Este artigo é dedicado à todas as famílias brasileiras que neste momento estão sofrendo pela perda de seus familiares e amigos em razão da pandemia do SARS-CoV 2 que levou a óbito 341.097 vidas, computadas até o dia 07 de abril de 2021, as quais muitas poderiam ter sido evitadas se não fosse a política de ódio aos direitos humanos, do governo de Jair Messias Bolsonaro, com suas ações institucionalizadas que promovem o aumento do número de casos no país e desrespeita os direitos humanos que é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à Fundação Escola de Sociologia e Política (Escola de Humanidades), por tudo que aprendi com a excelência de seu corpo docente, abrindo minha visão de mundo.

Meus sinceros agradecimentos ao coordenador Professor Doutor Rodrigo Estramanho, que me concedeu um prazo maior para a entrega do presente estudo, por motivo de doença familiar.

À minha orientadora Professora Doutora Rosemary Segurado que sempre foi motivo de inspiração, para que eu pudesse concluir o meu trabalho.

Também não poderia deixar de agradecer a Professora Doutora Stella Schrijnemaekers pela clareza e leveza de suas aulas sobre metodologia de pesquisa.

Por sempre estar me motivando e me auxiliando, meus sinceros agradecimentos à Professora Mestra Josefa Neves Rodrigues, que por sua dedicação acadêmica me motiva a continuar meus estudos.

Por sua generosidade, meus agradecimentos ao Professor Doutor Carlos Augusto Teixeira Temperini, que sempre contribuiu com suas importantes opiniões para que o presente trabalho seguisse um caminho em direção ao meu objetivo.

Também ofereço minha gratidão, à amiga Sonia Regina Dell Pozzo que sempre esteve prontamente disponível para ouvir as minhas ideias e dar suas impressões.

Minha eterna gratidão.

Lembra-te que defendes não interesses pessoais, mas os do teu país. Tuas virtudes e teus vícios, tuas qualidades e teus defeitos influem igualmente no ânimo daqueles que representas. Teus menores erros têm sempre nefastas consequências. Geralmente, os grandes são irreparáveis e funestos. É difícil sustentar um reino que terás levado à beira da ruína. Depois de destruí-lo, é impossível reerguê-lo. Tampouco se ressuscitam os mortos. (SUNZI, séc. VI a.C. *apud* CASSAL, 2014, p. 11).

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as ações antidemocráticas do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro e sua relação com o ódio aos direitos humanos, pautando-se no estudo denominado pesquisa da USP e CONECTAS, cuja análise, envolveu pesquisa de 3049 normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil, as quais denotaram que o presidente Bolsonaro institucionalizou suas ações a favor da proliferação da COVID-19 no Brasil. Além disso, considerou-se relevante ancorar-se no pensamento de Jacques Rancière sobre o ódio a democracia, como também o trabalho da jornalista Patrícia Campos Mello, bem como diversos artigos científicos e jornalísticos.

Com a análise do presente estudo observou-se que houve a institucionalização da violação dos direitos humanos, proferidas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, analisadas pela pesquisa USP/CONNECTAS e ódio aos direitos humanos explicitados nas ações do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Ódio político – análise de discurso. Bolsonaro – Política e governo, 2019-. Ações antidemocráticas. COVID-19 – Pandemia – Brasil. Violação de direitos humanos – Brasil.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the anti-democratic actions of the President of the Republic Jair Messias Bolsonaro and his relationship with the hatred of human rights, based on the study called USP and CONECTAS research, whose analysis involved a survey of 3049 legal response rules to COVID-19 in Brazil, which showed that President Bolsonaro institutionalized his actions in favor of the proliferation of COVID-19 in Brazil. In addition, it was considered relevant to anchor in Jacques Rancière's thinking on hatred of democracy, as well as the work of journalist Patrícia Campos Mello, as well as several scientific and journalistic articles.

With the analysis of this study, it was observed that there was the institutionalization of the violation of human rights, handed down by the government of Jair Messias Bolsonaro, analyzed by the USP / CONECTAS survey and hatred of human rights made explicit in the actions of the Bolsonaro government.

Keywords: Political hatred - discourse analysis. Bolsonaro - Politics and government, 2019-. Anti-democratic actions. COVID-19 - Pandemia - Brazil. Violation of human rights - Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DESENVOLVIMENTO.....	12
2.1	A compreensão do ódio implantado no Brasil	16
2.2	Uma análise da pesquisa CONECTAS e a violação dos direitos humanos no governo de Jair Messias Bolsonaro	17
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O mundo vivencia um momento que sinaliza um alerta frente às políticas extremistas de diversos governantes, que impulsionam um caminho de resistência em defesa das liberdades humanas, e que são divulgadas dia a dia pelos noticiários mundiais. O Brasil seguindo essa tendência sombria elege para Presidente da República Federativa do Brasil, em 2018, um candidato de extrema direita que desde a campanha eleitoral deixa claro suas intenções e quais seriam suas estratégias, ou seja, ataques a todos e quaisquer indivíduos, instituições políticas ou sociais que fazem oposição à suas determinações.

Desde os primeiros momentos da disputa eleitoral o então candidato Jair Messias Bolsonaro na época, filiado ao Partido Social Liberal (PSL), e hoje sem filiação partidária, adota uma estratégia bélica tecnológica de combate ao seu inimigo, o candidato Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), utilizando-se de todos os recursos tecnológicos, nas redes sociais, telefones celulares, e mídias para fazer uma campanha de guerra jamais vivida em toda a história eleitoral brasileira, com disparos em massa e disseminação de *fake news*, para destruir seu inimigo o (PT), e assim confundir o eleitorado brasileiro com notícias falsas a seu favor e que dividem o país em dois polos de crenças aos dois candidatos. Nasce assim uma campanha de destruição ao inimigo, custe o que custar.

Durante toda a campanha eleitoral de 2018, em razão das estratégias utilizadas por Bolsonaro, houve uma modificação na forma de se fazer campanha política no Brasil, que até então tinha o debate fortalecido pelas emissoras de rádio e principalmente da televisão entre os candidatos que disputam os votos dos seus eleitores. Nasce assim uma verdadeira guerra tecnológica entre os candidatos que despertam o amor e o ódio em toda a população brasileira, por um lado representada pelos amantes de Bolsonaro que contribuem com a disseminação das *fake news*, para destruição de Haddad, numa verdadeira guerra de ódio ao PT, que vinha sofrendo nos últimos anos, uma grande campanha midiática frente a todas as notícias de corrupção pela operação Lava Jato que envolvia grandes corporações, como também o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesta guerra tecnológica, o PT também manteve seus aliados que participaram exercitando seu amor ao partido e ódio aos bolsonaristas, assim sendo, toda a população brasileira se contaminou pela campanha que acabou por definir seu voto nas urnas a favor de Bolsonaro.

Desde sua campanha eleitoral o presidente Bolsonaro já expressava seu ódio ao PT que se intensificou após sua posse como presidente da República em janeiro de 2019, iniciando uma

verdadeira varredura em todas as instituições que considerava de esquerda, e suas ações ideológicas rumavam cada vez mais nas medidas antidemocráticas que adotava em todas as esferas, principalmente no campo da saúde, com a grave crise que o país vivencia com a pandemia do SARS-CoV 2, que acomete o Brasil.

Desta forma, considera-se importante a discussão no presente trabalho para compreender-se as normativas anunciadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro frente a pandemia do SARS CoV 2, e no que fere a Constituição Federal (CF), contribuindo com o aumento do número de casos e mortalidade, e conseqüentemente o desrespeito aos direitos humanos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

Nunca na história política do Brasil vivenciou-se um período eleitoral tão acirrado tecnologicamente como a disputa das eleições de 2018 para presidência da República entre o então candidato Jair Messias Bolsonaro, que na época era filiado ao Partido Liberal (PL), e o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) Fernando Haddad, que culminou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro.

Desde os primeiros momentos da campanha eleitoral verificou-se que uma nova forma de campanha seria realizada com a utilização de *fake news* que dominaram todos os meios de comunicação do país, principalmente as plataformas digitais. Mas ninguém imaginava que teria uma proporção de contágio à toda a sociedade brasileira, gerando rapidamente um verdadeiro exército de eleitores adoradores de Bolsonaro e um grande ódio ao (PT), estendido ao candidato Haddad, e aos eleitores amantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse mecanismo trouxe à tona a expressão de amor pelo partido (PT) e ódio ao candidato Bolsonaro e os chamados bolsonaristas, gerando debates mais radicais de posicionamentos políticos em mídias sociais e conflitos em toda a sociedade, rompendo assim muitas relações entre amigos e parentes, que foram sendo cancelados das contas de redes sociais.

Utilizando-se do apoio de diversas forças políticas nos mais variados campos, como a igreja evangélica, o apoio de empresários, algumas emissoras de televisão, e da máquina tecnológica, houve uma grande disseminação de *fake news*, formando uma verdadeira campanha de guerra. Com isso, criou-se o jargão de mito que é repetido por seus apoiadores.

Mas qual o significado de mito? De acordo com a definição do dicionário *on line* de língua portuguesa é a “narrativa de teor fantástico e simbólico, normalmente com personagens ou seres que incorporam as forças da natureza e as características humanas.” (MITOS, 2021).

O conceito construído para definir Bolsonaro como mito, torna-se questionável se é compreendido pela população, principalmente por seus seguidores, pois não há no discurso do tal “Messias”, palavras fantásticas, mas sim palavras de baixo calão, com palavrões em muitas de suas narrativas e maus tratos à imprensa. A massa bolsonarista segue seu Messias independentemente das ações cometidas por ele, não importando se são para beneficiar ou prejudicar toda a população brasileira.

A campanha eleitoral torna-se incontrolável, e o comportamento ético mínimo aceitável para uma campanha respeitosa foi corrompido, com disparos em massa das *fakes news* que se espalham por todo território nacional, rompendo o cenário político, com ataques de perseguição

à jornalistas à exemplo dos fatos ocorridos com Patrícia de Campos Mello, que denunciou em seu livro “A Máquina do ódio” os acontecimentos deste período.

Durante a campanha eleitoral, Patrícia divulga uma notícia de uma tentativa de empresários contratarem agências de marketing para enviarem milhões de mensagens e influenciar o eleitor, que feria a Legislação eleitoral brasileira, conforme Lei nº 13.488/2017, e que proíbe a contratação de “pessoas ou mecanismos para enviar pela internet mensagens ou comentários que ofendam a honra ou prejudiquem a imagem de um candidato ou partido” (MELLO, 2020), podendo configurar caixa dois, e, desde então, o Superior Tribunal Federal (STF) veta as doações de empresas, sendo que somente pessoas físicas poderiam contribuir para as campanhas eleitorais, tendo a obrigatoriedade de serem declaradas ao Superior Tribunal Eleitoral (STE), como também devem fazer parte da prestação de contas de cada candidato.

Em consequência a bombástica notícia descrita acima, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus apoiadores pedem a impugnação da candidatura de Bolsonaro, que já conflitava o cenário da disputa eleitoral dizendo que “*as eleições haviam sido fraudadas e que tinha vencido no primeiro turno*”, embora nunca tenha apresentado provas de sua declaração. Mas fala aos seus apoiadores que “*a matéria era falsa e que a Folha apoiava o PT.*” (MELLO, 2020, p. 11).

A partir do momento da publicação da notícia no dia 18 de outubro de 2018, a jornalista Patrícia Campos Mello, enfrenta uma verdadeira guerra de ódio. Logo após a publicação na Folha de São Paulo, começa a sofrer um processo de destruição total em todas as suas redes de comunicação, onde seus opositores encontraram uma reportagem em uma revista, veiculada no ano de 2013, por ocasião de uma entrevista dada aos alunos da PUC, onde foi perguntado sobre seu posicionamento político e ela respondeu: “*Eu sou uma pessoa de esquerda, sempre votei no PT, mas isso não interfere na minha cobertura jornalística, todos os jornalistas votam em alguém, mas nossa obrigação é separar isso não imprimir viés à cobertura*” (MELLO, 2020, p. 12).

Este fato foi utilizado na campanha eleitoral, e mesmo a entrevista não tendo sido realizada na época com foco político, foi explorada pelo bolsonarismo¹ tendo sido editado um vídeo com a frase “*Eu sou uma pessoa de esquerda, sempre votei no PT*”, e viralizou nas redes sociais, com proliferação de memes, com o rosto e legendas da jornalista – atribuindo o adjetivo de mentirosa, jornalista petista, entre outros de baixo calão; *bots* e robôs que postam mensagens

¹ Bolsonarismo: “1. Política conjunto de princípios e práticas associadas ao político brasileiro Jair Bolsonaro, que em 2018 foi eleito o 38º presidente da República do Brasil. 2 POLÍTICA período de governação liderada por Bolsonaro. 3 POLÍTICA movimento ou postura política de apoio a Bolsonaro e/ou às suas políticas.” (BOLSONARISMO, 2021).

automatizadas no Twitter e no Facebook que rapidamente sequestraram a narrativa e alçaram as hashtags #CadêAsProvas e #MarqueteirosdoJair aos *trending topics*, os temas mais falados nas redes. Mas os ataques não pararam por aí, foi divulgada uma foto ao lado do candidato Haddad em campanha, “com a legenda: “*Gente, preste atenção, não é fake news – isto que está acontecendo é sério e realidade o que esta máfia organizada estão (sic) fazendo para continuar no poder... compartilhe, compartilhe, compartilhe – esta é a jornalista Patrícia Campos Mello, que fez matéria contra Bolsonaro na Folha*”, mas na foto não era a da jornalista.

Em razão dos acontecimentos descritos, a jornalista recebe “milhares de mensagens ofensivas no Facebook, no Twitter e no Instagram”, resolvendo fechar todas as redes sociais por um mês, e uma dessas mensagens no Facebook fazia uma ameaça ao filho que na época tinha 6 anos, onde dizia: “*Se você quer a segurança de seu filho, saia do país. Não é uma ameaça, é um aviso.*” (MELLO, 2020, p. 13).

Mas a “Máquina do ódio” não parou e, Patrícia teve o celular hackeado, em sua conta no WhatsApp, teve textos a favor de Bolsonaro que foram disparados; várias mensagens sumiram do seu celular; e em e-mails os eleitores de Bolsonaro passaram a ser convocados para participarem de eventos que Patrícia estaria presente, com dia, horário e local que aconteceriam, e diziam: “*A jornalista petista vai lá, vão lá*” (MELLO, 2020, p. 13).

O ódio se espalha no seu entorno residencial, tendo uma vizinha moradora do prédio ao lado, no mesmo conjunto e quando Patrícia saía na portaria ela “*abria a janela e gritava: “chupa, petista! Aêêê Bolsonaro!*”. Neste momento o ódio perde toda e qualquer razão e Patrícia recebe uma ligação em seu celular com a seguinte narrativa: “*Sua vagabunda petista mentirosa. Vou na sua casa destruir sua cara*” (MELLO, 2020, p. 13).

A Folha de São Paulo disponibiliza um motorista para a proteção da jornalista poder se locomover e para não correr o risco de “*receber uma garrafada na cabeça atirada por algum maluco*” (MELLO, 2020, p. 14).

Mas ao mesmo tempo Patrícia recebeu apoio de um grupo de mulheres, recebeu flores e mensagens de pessoas desconhecidas que diziam: “*Você é um orgulho para nós, continua na luta*”, também com postagens que diziam: #SomosTodasPatriciaCamposMello, assim rompendo as fronteiras das reportagens internacionais de guerra sobre refugiados e ebola, tornando-se uma pessoa odiada e amada; por um lado, recebendo xingamentos e por outro tornando-se símbolo da luta pela liberdade de expressão e pelos direitos das mulheres; tudo em razão de uma única reportagem, onde a caixa de pandora fora aberta (MELLO, 2020, p. 14).

Assim nasce mais uma estratégia de campanha, criando-se também o conceito de mito para que Bolsonaro fosse endeusado pela população, juntamente com o episódio da facada que

argumenta ter sofrido em campanha em Minas Gerais, mas que levanta muitas dúvidas de sua veracidade até hoje. Desta forma Bolsonaro constrói também uma imagem de vítima, mito e salvador da pátria Brasil, com o discurso de eliminar a corrupção no país e, com o extermínio da esquerda do cenário político.

Ao final de toda essa guerra político-partidária, muitos brasileiros definem seu voto em repúdio às notícias de corrupção que o país acompanhava há tempos, tendo o Partido dos Trabalhadores (PT), como o principal partido corrupto do Brasil e com a acusação de crime de responsabilidade cometido pela ex-presidenta Dilma Rousseff, culminando no golpe que acabou em impeachment no ano de 2016.

Aproveitando-se de todo esse ânimo à flor da pele, a campanha eleitoral de Bolsonaro, conduz a população à grande dúvida de quem deveria acreditar, no Messias ou em Haddad. Em uma de suas narrativas Bolsonaro diz que ele é Messias, mas não faz milagres, mas aqui ao que podemos constatar o “milagre” das *fake news* se fez presente e a população confusa não sabe mais o que é certo ou errado.

A campanha eleitoral termina com as estratégias do candidato Bolsonaro, angariando grande parte da massa social, por repudiar toda a situação de corrupção que se escancarou no país.

A campanha de guerra que durante todo o tempo promoveu amor e ódio e que dividiu a opinião dos eleitores, encerra-se com Jair Messias Bolsonaro tornando-se o 38º Presidente da República Federativa do Brasil no dia 01 de janeiro de 2019, obtendo um total de:

55,13% de votos válidos, conquistando 57.796.986 votos. Fernando Haddad (PT) teve 44,87% dos votos, o equivalente a 47.038.963 votos. (MÁXIMO, 2018).

Já estando no comando da nação, no dia 1 de janeiro de 2019, durante os discursos realizados ao longo do dia, Jair Bolsonaro já anunciava uma provocação ao Partido dos Trabalhadores (PT), convocando os integrantes do Congresso Nacional (CN) a se unirem “na missão de reconstruir a pátria libertando-a do crime, da corrupção, da submissão ideológica e da irresponsabilidade econômica.” (BENITES; GORTÁZAR; COLETTA, 2019).

Sendo este o seu primeiro discurso, Bolsonaro inicia seu governo, mantendo a mesma postura bélica de campanha, mas agora com o poder em suas mãos, adota uma política negacionista e combate a todos que considera seus opositores, principalmente aos petistas, mas suas ações expandem-se por todas as instituições, demitindo todos que pensam e agem diferentemente dele, e principalmente na área da saúde.

2.1 A compreensão do ódio implantado no Brasil

Diversos pensadores discorreram seus temas de interesse sobre o ódio e para convergência à nossa análise para a compreensão do ódio implantado no Brasil pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, faz-se uma análise do pensamento de Jacques Rancière, sobre – “O Ódio à Democracia”, sendo que para o autor, a democracia tem sua essência no princípio de igualdade, e por essa razão provoca as mais diversas reações em seus adversários, embora não seja um privilégio da contemporaneidade, pois suas raízes antecedem um período longínquo, sendo que vários setores privilegiados da sociedade, principalmente no campo político, não aceitam o exercício do regime democrático. Mas, a democracia convive com esse sentimento que já nasce em épocas antigas à nossa contemporaneidade, e de acordo com o autor, “a própria palavra é a expressão de um ódio” (RANCIÈRE, 2014, p. 10).

O pensador segue com sua análise colocando-nos que a democracia foi “o primeiro insulto inventado na Grécia antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão”, continuando como essa “abominação para todos os que acreditavam que o poder cabia de direito aos destinados por nascimento ou eleitos por seu nascimento”, e continua ainda hoje sendo abominada “por aqueles que fazem da lei divina revelada o único fundamento legítimo da organização das comunidades humanas”. (RANCIÈRE, 2014, p. 10).

Sob o olhar do autor, a democracia vem acompanhada de discurso duplo. No costume de se ouvir que a democracia “era o pior dos governos, com exceção de todos os outros”, e frente a esse sentimento antidemocrático cria uma versão de perturbação, onde

o governo democrático diz é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações. O novo ódio à democracia pode ser resumido então em uma tese simples: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização. (RANCIÈRE, 2014, p. 18).

A liberdade a qual a democracia provoca, traz seus erros e seus acertos e

por ser a desordem das paixões ávidas de satisfação, pode e até deve ser trazida de fora pelas armas de uma superpotência, entendendo-se por superpotência não simplesmente um Estado que dispõe de uma força militar desproporcional, mas, de modo mais geral do poder de controlar a desordem democrática. (RANCIÈRE, 2014, p. 16).

Sob o olhar de Rancière (2014) a democracia tem dois adversários:

De um lado, opõe-se a um inimigo claramente identificado, o governo arbitrário, o governo sem limites, que denominamos, conforme a época, tirania, ditadura ou totalitarismo. Mas essa oposição evidente esconde outra, mais íntima. O bom governo democrático é aquele capaz de controlar um mal que se chama simplesmente vida democrática. (RANCIÈRE, 2014, p. 18).

Como pode ser notado o Presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro vem, juntamente aos seus, implantando um governo mais arbitrário e sem limites e para analisarmos sob essa ótica, vamos adentrar uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) e CONECTAS Direitos Humanos, a fim de analisar a implantação do ódio simbólico e real nas suas decisões desfavoráveis aos direitos humanos da população brasileira.

2.2 Uma análise da pesquisa CONECTAS e a violação dos direitos humanos no governo de Jair Messias Bolsonaro

A Universidade de São Paulo, através da Faculdade de Saúde Pública – (USP), juntamente com a CONECTAS Direitos Humanos, lança uma pesquisa que foi realizada no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, fazendo um levantamento de 3049 normas relacionadas à COVID-19 no Brasil, em seu Boletim n. 10, intitulado “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à COVID-19 no Brasil”, apontando que as ações do governo de Jair Messias Bolsonaro, foram ações institucionalizadas em prol da propagação da pandemia do SARS-CoV 2, e para compreendermos os momentos de ódio que vivemos no Brasil desde a candidatura de Bolsonaro, vejamos algumas constatações da pesquisa.

Sendo uma publicação de difusão científica da Conectas Direitos Humanos e do Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), de acordo com os editores Asano *et al.*, este estudo:

compreende pesquisa documental para constituição de um banco de normas, com produção de dados para análise qualitativa de impacto potencial sobre direitos humanos, além de produção de dados para desagregação e análise quantitativa, em especial cruzamento de dados sobre as normas com indicadores epidemiológicos (ASANO *et al.*, 2021, p. 3).

A base de dados da pesquisa foi coletada pelo site da “Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Medidas provisórias 2019 a 2022.” (ASANO *et al.*, 2021, p. 4).

O objetivo da pesquisa em análise é o de estudar e avaliar o seu impacto sobre os direitos humanos, buscando uma contribuição “com a prevenção ou minimização de efeitos negativos”, e revelou “a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo federal brasileiro sob a liderança da Presidência da República” (VENTURA; REIS, 2021, p. 6), que expõe três eixos, nesta linha do tempo:

1. atos normativos da União incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais; 2. atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; e, 3 Propaganda contra a saúde pública, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da COVID-19 (VENTURA; REIS, 2021, p. 6).

Num panorama geral, pode-se verificar que deste total de 3049 normas editadas no âmbito do governo federal, foram editadas 1788 portarias; 884 resoluções; 66 instruções normativas; 59 medidas provisórias; 54 decisões; 50 leis; 24 decretos; 23 outras decisões; mais 100 outras normas. Portanto, deste total de 108 medidas provisórias editadas em 2020, 59 foram relativas à COVID-19, e no ano de 2019 foram editadas 47, portanto havendo um aumento de 12 medidas, num total de 54,6%.

De acordo com o referido Boletim, podemos verificar que houve uma intensa mobilização do governo Bolsonaro para normatizar as ações para a COVID-19, que se manteve durante todo o ano, havendo uma conformidade dessas ações, pois “além de pulverizar a regulação da emergência, ela limita o papel do Poder Legislativo e favorece a judicialização da saúde, pois a conformidade dos atos normativos do Poder Executivo com a lei e com a Constituição Federal é frequentemente questionada junto ao Poder Judiciário”. (ASANO *et al.*, 2021, p. 4).

Na legislação federal sobre a pandemia, registra a pesquisa, há “ausência de participação cidadã em sua elaboração. Mecanismos de consulta, conselhos e entidades representativas que poderiam atuar em prol da eficiência da resposta” de combate e que “foram ignorados ou até desmontados” (ASANO *et al.*, 2021, p. 4), o que deixa explícito o descaso e o “antagonismo explícito”, no relacionamento do presidente Jair Messias Bolsonaro com toda a sociedade brasileira, principalmente neste momento em que a sociedade necessita de um acolhimento, mas verifica-se que todos os princípios que regem a legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), são afrontados em diversos momentos pelo governo.

Nesta linha do tempo que a pesquisa USP – CONECTAS, nos traz, podemos verificar que as estratégias do governo federal seguem rumo à disseminação da COVID-19, no Plano de Contingência para a resposta a COVID-19, que o Ministério da Saúde apresentou em fevereiro de 2020, o qual não faz nenhuma referência à ética, aos direitos humanos ou liberdades fundamentais, diferentemente de outros países:

[...] sequer os relacionados ao cotidiano da emergência, como a gestão de insumos escassos ou à relação médico-paciente, ignorando tanto a lei brasileira (nº 13.979, de 06/02/20) como o Regulamento Sanitário Internacional, vigente no Brasil, ambos determinando expressamente que a resposta às emergências deve ser feita com pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas (VENTURA; REIS, 2021, p. 6).

Observou-se que a linha do tempo analisada pela pesquisa, deixa claro que não há um esgotamento de informações, pois:

Os eventos foram selecionados em coleta junto aos boletins anteriores à base de dados do projeto Direitos da Pandemia, à jurisprudência, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, além de documentos e discursos oficiais. No que se refere ao eixo de propaganda foi também realizada busca com descritores na plataforma Google para coleta de vídeos, postagens e notícias (VENTURA; REIS, 2021, p. 6-7).

Esta análise coloca por terra a interpretação do governo Bolsonaro ser incompetente e negligentes em suas ações, muito ao contrário, demonstra que há uma institucionalização em todas as ações do governo, que são sistematizadas nos dados, revelando também “o empenho e a atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo” (VENTURA; REIS, 2021, p. 7).

Diante dos fatos analisados, verifica-se que o Tribunal de Contas da União, configura a “opção política do Centro de Governo de priorizar a proteção econômica”, e até o momento que o Boletim foi lançado, o Brasil ultrapassava a cifre de 200 mil óbitos em janeiro de 2021, em sua maioria mortes evitáveis por meio de uma estratégia de contenção da doença. Isto constitui uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros”. (VENTURA; REIS, 2021, p. 7).

Mesmo diante de todas as evidências, não houve responsabilização aos gestores envolvidos, mesmo com diversas intervenções do Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União, fazendo apontamentos “a inconformidade à ordem jurídica brasileira de

condutas e de omissões conscientes e voluntárias de gestores federais” (VENTURA; REIS, 2021, p. 7).

Como um apontamento de fundamental importância, o Boletim, destaca “a urgência de discutir com profundidade a configuração de crimes contra a saúde pública, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade durante a pandemia de Covid-19 no Brasil” (VENTURA; REIS, 2021, p. 7), que deve apontar todos os seus responsáveis pela tragédia desumana que está explícita no Brasil de hoje, com o ódio que se alastra pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, considerando todos que não pensam como ele, serem seus inimigos mortais, e em suas narrativas, incita seus apoiadores a agirem por ele, não contribuindo com todas as medidas de proteção à proliferação do vírus, como insistentemente as autoridades de saúde alertam há um ano, para o uso de máscara, uso de gel, lavar as mãos, distanciamento social, portanto, sem aglomerações, sem reuniões entre amigos ou familiares, sem festas, sem praias, ou seja, todas medidas de combate ao aumento de número de casos do SARS-CoV 2 estão mais do que explicitadas, mas não são cumpridas pelo governo Bolsonaro, e conseqüentemente por parte da população.

Diante disto tem ocorrido uma série de manifestações de instituições de direito, de empresários, governadores, políticos de diferentes partidos, sendo que estes últimos, se uniram para divulgar uma carta manifesto em prol da democracia, no dia 31 de março de 2021, dia em que o golpe de 1964, completou 57 anos, que deu início ao regime militar no Brasil e durou 21 anos de 1964 a 1985.

O referido manifesto é assinado por seis possíveis presidentes à eleição de 2022, sendo eles: Ciro Gomes (PDT); Eduardo Leite (PSDB); João Amoedo (NOVO); João Doria do (PSDB); Luciano Huck, que está sem partido até o presente momento, e Luiz Henrique Mandetta (DEMOCRATAS), ex-ministro da saúde demitido do governo Bolsonaro por não seguir as ordens do presidente que desde o início da pandemia, não usava máscaras, saía às ruas, incentivando a população à não fazer isolamento social durante todo o período de contaminação do SARS-CoV 2, e que mantém essa postura até o momento, como também tornando-se o garoto propaganda da indústria farmacêutica indicando o uso da medicação cloroquina, a qual toda a comunidade médica científica mundial não recomenda por não ter comprovação científica de sua eficácia no controle ou combate à pandemia do SARS-CoV 2 que devasta o Brasil.

Diversos setores da classe política, empresarial, da mídia e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como a sociedade civil, tem se manifestado para alertarem o risco de um rompimento democrático ao qual o Brasil está exposto frente às medidas adotadas

pelo governo Bolsonaro e que ferem a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), como também os alertas de diversos países e da Organização Mundial da Saúde (OMS), principalmente pela forma com que Bolsonaro conduz a pandemia do SARS-CoV 2, que desde seu início no dia 26 de fevereiro de 2019, oficializa o primeiro caso no Brasil na cidade de São Paulo, e que hoje dia 08 de abril de 2021, de acordo com o Consórcio de imprensa da Covid-19, o país “contabilizou nas últimas 24 horas, um total de 13.197.031 casos, e 341.097 óbitos por Covid-19 desde o início da pandemia”. Nas últimas 24 horas o país registrou 3.733 mortes por Covid-19, sendo que manteve nos últimos 7 dias uma média móvel de 2.744 mortos diários, em comparação a média dos últimos 14 dias, houve uma variação de +21%, o que indica que até o momento não há controle para a diminuição de casos no país. (BRASIL..., 2021).

Em razão das crescentes violações dos direitos humanos, verifica-se que o governo Bolsonaro acumula um total de 70 pedidos de impeachment, até o momento, que partem de diversas áreas políticas e representações sociais, pondo em marcha severas ameaças à vida, à saúde, à integridade física, ambiental e à segurança alimentar de milhões de brasileiros.

Muitas organizações afirmam que Bolsonaro emprega práticas criminosas ao proferir declarações e promover medidas discriminatórias, o que gera uma forte repercussão na sociedade, perceptível no aumento dos discursos de ódio no país, assim como das ideologias nacionalistas violentas e de superioridade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos tempos sombrios aos quais o país viveu e vive desde a disputa eleitoral entre o então candidato Fernando Haddad e Jair Messias Bolsonaro em 2018, protagonizou-se neste cenário a degradação da população brasileira e o uso de estratégias simbólicas destruidoras, através das *fake news*, que se ramificou com seus tentáculos buscando destruir tudo e todos, em um ódio que polarizou o país.

Frente a tantas variáveis possíveis de serem discutidas pelo arsenal de narrativas e ações do governo de Jair Messias Bolsonaro, colocou-se os holofotes sobre o ódio que é exercitado pelo atual governo, e suas consequências tanto para a própria política interna e para toda a sociedade, como também externa entre as relações diplomáticas tão necessárias para o desenvolvimento de um país como o Brasil, como também observou-se as devastações econômicas, sociais e culturais que coloca o país em um verdadeiro abalo psíquico sísmico com uma tentativa de destruição em cadeia de todos os poderes e de toda sociedade, ou seja, onde todas as ações praticadas pelo Governo Bolsonaro, tem um reflexo imediato nas ações e emoções da população, onde a perda da razão toma conta de seus seguidores insistindo em atribuir ao presidente Bolsonaro o poder de ser o exterminador de todos os sonhos e objetivos da nação, no presente e no futuro, na tentativa de destruição dos princípios democráticos, nas violações dos direitos humanos, desestabilizando o país, com sentimentos de incertezas e insegurança sobre como será o dia seguinte.

Os ataques do governo Bolsonaro, rompem as ações internas e abalam as relações internacionais nos ataques à China, Índia, França, entre outros países, e principalmente no cenário atual, com o aumento do SARS-CoV 2, que caminha de forma supersônica colocando o mundo em perigo e sendo o epicentro da pandemia.

O laço social que poderia ser incentivado pelo governante maior do país, para a colaboração e solidariedade de toda nação, no pior momento já vivido pela pós modernidade, é rompido, e o amor derrotado. A morte triunfa, na figura de um governante bélico e o Messias fica com o troféu, acumulando um total de 341.097 mortos, pelo SARS-CoV 2 até o dia 08 de abril de 2021, no Brasil.

A amostra da pesquisa (USP – CONECTAS), fez uma linha do tempo da estratégia federal de disseminação da COVID-19, apontando os inúmeros ataques aos direitos humanos no Brasil, e que não conseguiram ser cessados pelo sistema judiciário, que não foram suficientes para impedir ódio em detrimento à violação dos direitos humanos do governo Bolsonaro.

De acordo com o referido Boletim, houve uma intensa mobilização do governo Bolsonaro para normatizar as ações para a COVID-19, que se manteve durante todo o ano, havendo uma conformidade dessas ações pois “além de pulverizar a regulação da emergência, limitou o papel do Poder Legislativo e favoreceu a judicialização da saúde, pois a conformidade dos atos normativos do Poder Executivo com a lei e com a Constituição Federal é frequentemente questionada junto ao Poder Judiciário”. (ASANO *et al.*, 2021, p. 4).

Diante do exposto parece-nos que é um caminho pouco provável no momento para a Câmara dos Deputados colocar em pauta o pedido de impeachment do presidente da República, pois o governo federal conseguiu colocar seus aliados políticos; Arthur Lira, filiado ao Partido Progressista (PP - Alagoas), e Rodrigo Pacheco filiado ao Partido Democratas (DEM – Minas Gerais), na presidência da Câmara Legislativa (CL) e na presidência do Senado (SF), respectivamente nas eleições de 01 de fevereiro de 2021.

Diante do exposto, neste artigo, verificou-se que os direitos expressos em nossa Constituição Federal, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, evidenciam a urgente necessidade de uma mobilização nacional de defesa de todos os direitos constitucionais, como medida de impedir outras violações à Constituição brasileira, para defesa de toda a sociedade, dos ataques do governo Bolsonaro.

Assim sendo, o ódio poderia ser analisado por diferentes olhares científico-cultural-econômico-político-social, entre tantos outros, porém, o que se coloca em evidência é o ódio à liberdade, aos princípios democráticos, aos poderes legislativo e judiciário e de outras instituições, como também de toda a população brasileira, numa verdadeira guerra em supressão aos mesmos, permanecendo somente a supremacia de Bolsonaro no poder executivo.

Evidencia-se assim uma empreitada muito perigosa para o Brasil, pois interrompe-se o direito à vida livre, ao homem livre que a humanidade busca desde sempre.

REFERÊNCIAS

- ASANO, Camila Lissa *et al* (ed.). Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil. **Boletim: direitos na pandemia**, São Paulo, n. 10, 20 jan. 2021. Disponível em: https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf. Acesso em: 20 de mar de 2021.
- BENITES, Afonso; GORTÁZAR, Naiara Galarraga; COLETTA, Ricardo Della. Bolsonaro: “O Brasil começa a se libertar do socialismo, e do politicamente correto”. *El País*, Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546380630_050685.html. Acesso em: 8 abr. 2021.
- BOLSONARISMO. *In: INFOPÉDIA: Dicionários* Porto Editora. [Portugal]: Porto, 2021. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/bolsonarismo>. Acesso em: 8 abr. 2021.
- BRASIL tem mais de 341 mil mortes por Covid, com 3.733 registradas nas últimas 24 horas. **G1**, [s.l.] 7 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/07/brasil-tem-mais-de-341-mil-mortes-por-covid-com-3733-registradas-nas-ultimas-24-horas.ghtml>. Acesso em: 8 abr. 2021.
- CASSAL, Sueli Barros. A arte da guerra: o mais antigo tratado militar. *In: SUNZI, séc. VI a.C. A arte da guerra*. Traduzido do chinês para o francês pelo Padre Amiot em 1772. Traduzido do francês por Sueli Barros Cassal. Ilustrações de Gilmar Fraga. [2. ed.]. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014, c2012. (Coleção L&PM pocket).
- MÁXIMO, Wellton. Com 100% das urnas apuradas, Bolsonaro obteve 57,7 milhões de votos. **Agência Brasil**, Brasília, 28 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>. Acesso em: 28 de fev. 2021.
- MELLO, Patricia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. [Trechos]. Disponível em: <https://cdl-static.s3-sa-east-1.amazonaws.com/trechos/9788535933628.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- MITOS. *In: DICIONÁRIO Online de Português*, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mitos/>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. Digitalização: *Le Livros*. Disponível em: <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/o-odio-a-democracia-jacques-ranciere.pdf> Acesso em: 6 fev. 2021.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19 um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. **Boletim: direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**, São Paulo, n. 10, p. 6-31, 15 jan. 2021. Disponível em: https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.